

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-8-2019.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Fernanda Machado, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Paulo Brum e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Bernadete Senna, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Valter Nagelstein. A seguir, foi apregoado o Processo SEI nº 047.00063/2019-48, de autoria de Ricardo Gomes, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação, no dia quatorze de agosto do corrente, em atividade pela aprovação da Medida Provisória nº 881 e em reunião com Paulo Guedes, Ministro da Economia, em Brasília – DF. Também, foi apregoado o Processo SEI nº 020.00041/2019-02, de autoria de Alvoni Medina, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, no dia vinte e dois de agosto do corrente, no Seminário Estadual “Protagonismo da Pessoa com Deficiência como Legisladores e Gestores Públicos”, em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Machado, Engº Comassetto, Roberto Robaina, Felipe Camozzato e Roberto Robaina. Às quatorze horas e cinquenta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 059/19 (Processo nº 0233/19), por treze votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Engº Comassetto, Cassiá Carpes, Professor Wambert, Aldacir Oliboni, Mauro Zacher, Prof. Alex Fraga, Fernanda Machado e Marcelo Sgarbossa, em votação nominal solicitada por Mendes Ribeiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bernadete Senna, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Machado, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Valter Nagelstein. Em continuidade, foi apregoado documento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando alteração da redação do Requerimento nº 096/19 (Processo nº 0376/19). Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Cassiá Carpes, foi encerrada a Ordem do Dia. Foi apregoado Requerimento de autoria de Valter Nagelstein, solicitando renovação de votação para o Requerimento nº 059/19 (Processo nº 0233/19). Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do

Legislativo nºs 085, 134 e 137/19; em 2ª sessão, os Projeto de Lei do Legislativo nºs 073 e 177/18, 050, 056, 063, 074, 075, 089, 112, 124 e 130/19 e os Projeto de Resolução nºs 010, 015 e 026/19. Durante a sessão, Valter Nagelstein, Professor Wambert, Roberto Robaina, Engº Comassetto e Mônica Leal manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e quarenta e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Machado está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MACHADO (PSDB): Boa tarde a todos que nos assistem, no nome da Presidente Mônica Leal, cumprimento os colegas vereadores. Quero dizer que hoje é o meu último dia aqui e quero fazer algo que não fiz no dia do discurso de posse, que é fazer um agradecimento a Deus por ter me concedido este momento. Só queria deixar registrado isso. E quero colocar aqui para vocês que, aproveitando esses três dias, eu vou colocar um projeto de lei que se baseia no Dia D da Restinga, e, para isso, vou passar um vídeo sobre a que se refere o Dia D da Restinga. Ele é feito pela Copar, a Comissão de Pastores da Restinga, e é muito interessante.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADORA FERNANDA MACHADO (PSDB): O Dia D da Restinga acontece uma vez por mês. A comunidade inteira se junta para ajudar a Prefeitura de Porto Alegre a realizar algo simples, como a limpeza das praças, consertar, muitas vezes, um telhado de um colégio, limpar as calçadas, pintar as calçadas. É um movimento muito legal que a comunidade da Restinga faz todo o mês e é uma maneira de exercer a cidadania, de cuidar da nossa cidade. É um movimento elaborado pelos pastores da Restinga que convidam a comunidade para se empenhar, nesse dia, a fazer algo de bem pela comunidade.

Pensando nesse projeto desenvolvido na Restinga, pela Copar, eu estou criando o projeto de lei que é o Dia D do Voluntariado no Município de Porto Alegre. Peço a vocês então que, quando chegar no momento da votação, aprovelem esse projeto que é bem interessante, pois será um dia especial que a cidade terá para se mobilizar para ajudar a Prefeitura a manter uma cidade mais bonita para todos nós.

Também quero passar um vídeo sobre o CEU Restinga, agora é Estação Cidadania da Restinga. Nós tivemos a inauguração nesta segunda-feira e foi muito interessante, mas foi muito triste porque eu queria muito estar presente lá, porque eu faço parte do comitê gestor da Estação Cidadania da Restinga, e essa entrega é muito importante para a nossa comunidade. Foi bem no dia da minha posse e não pude estar presente, mas eu estive lá pela manhã falando um pouquinho desse equipamento e quero

passar aqui a mensagem do secretário da cultura, que fez a entrega junto com o ministro.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADORA FERNANDA MACHADO (PSDB): Quero deixar mais uma colocação: hoje nós tivemos mais uma entrega pela Prefeitura, que foi uma promessa de campanha – acredito que todos nós recebemos o convite para estarmos presentes nessa entrega, mas eu, infelizmente, não vi nenhum outro vereador presente lá – que foi a entrega de 100% de GPS nos ônibus da cidade. Quero dizer da importância dessa entrega até mesmo para o combate à violência contra a mulher, porque agora por meio desse sistema as pessoas poderão acompanhar os ônibus de Porto Alegre, não precisarão ir para as paradas de ônibus ficar horas esperando, eles vão saber onde o ônibus está e o momento certo de ir para a parada. Isso facilita o combate à violência. Foi uma entrega muito esperada por Porto Alegre e é mais uma promessa de campanha que está sendo cumprida.

Já está terminando o tempo, quero falar um pouquinho também da Coordenadoria da Mulher de Porto Alegre, onde estou coordenadora nesta gestão. Em breve estaremos lançando a rede da mulher, que é um decreto que instituirá, em Porto Alegre, a Rede da Mulher. Eu vim aqui hoje falar sobre isso para vocês e agradecer o carinho de todos aqui, a oportunidade de estar presente aqui com vocês nesses três dias. Obrigada e boa tarde a todos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, prezadas lideranças aqui presentes, comunidade de Porto Alegre que nos assiste, eu quero, em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, e pedindo, obviamente, a colaboração do Ver. Reginaldo Pujol e do Ver. Idenir Cecchim, pois estivemos juntos, na segunda-feira, a convite do Executivo Municipal, na inauguração do CEU, que é um centro esportivo e de atividades comunitárias na Restinga. Lá, nós presenciamos, prezados colegas vereadores e vereadoras que iniciam o trabalho aqui na Câmara, a bela inauguração daquele processo, daquela atividade, mas também um completo descaso e um completo desconhecimento e desconsideração da comunidade da Restinga. E aí quero destacar aqui, principalmente, Ver.^a Mônica Leal, agradecendo a indicação que V. Exa. fez a nós vereadores que lá fomos, naquele momento, a desconsideração à pessoa do José Ventura. Por que a desconsideração ao José Ventura? Aquele centro esportivo e educacional só existe porque o Ventura, junto com a comunidade, trabalhou, conquistou, acompanhou e brigou para que aquilo acontecesse. Aquilo iniciou ainda no governo do Presidente Lula com o tema dos pontos de cultura e migrou para os centros

de referência esportivo educacional. No governo da Presidente Dilma, foram destinados R\$ 3 milhões para aquela obra, num convênio com o Município realizado para atender a comunidade e com a comunidade. Bem, o Ventura deu a vida dele trabalhando para isso, e na semana passada, prezado José Freitas e vereadores que trabalham com o tema da terceira idade, o José Ventura sofreu um AVC, devido à luta, resistência e ao trabalho todo, e saiu e foi direto para o ato. E a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no comando da Comandante Nádia, não teve a sensibilidade de citar o trabalho do Ventura, não teve a sensibilidade de chamá-lo para a frente, não teve a sensibilidade de homenageá-lo. Depois que nós fizemos um movimento, e a comunidade começou a gritar “chama o Ventura, chama o Ventura”, o Ministro Osmar Terra tentou a passar a palavra para ele, que se negou a falar e chorava, estava em prantos. Eu e o Ver. Cecchim lá estivemos e consideramos, conversando ali, que foi uma falta de sensibilidade que se tentou consertar durante o processo.

Queria registrar que o trabalho comunitário precisa, sempre, independente de quem esteja no governo, precisa ser trabalhado, valorizado, sensibilizado. Naquele momento, também, instituiu-se o Conselho Comunitário que vai acompanhar, mas foi num ato separado, deveria ter feito junto com a inauguração, anunciando-se quem seriam os conselheiros para valorizar a comunidade. Houve, por toda a comunidade que estava lá e pela imprensa local, um desagravo ao José Ventura. Então, venho aqui, e posso, sim, Ver. Cecchim, falar em nome de nós vereadores que estávamos lá, fazer uma homenagem ao José Ventura, junto com o Poder Público, que lutou e a construiu, assim como lutou por os outros temas que nós tivemos o prazer de estar à frente, como na conquista da escola técnica federal e do Hospital da Restinga. Um grande abraço. Muito obrigado. E viva a organização social comunitária e as lideranças comunitárias de Restinga que conquistaram isso para Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadoras e vereadores, público que assiste a TVCâmara, estou usando a tribuna preocupado com uma tentativa de o Governo Municipal impedir a livre atuação de fiscalização do Simers. O sindicato dos médicos tem desempenhado ao longo deste ano um trabalho de fiscalização da situação da saúde de Porto Alegre, e com visitas sistemáticas aos postos de saúde vem fazendo um trabalho importante de averiguação das condições de funcionamento do nosso Hospital de Pronto Socorro. Esse trabalho é muito útil, é um trabalho que faz sentido para o conjunto da população. Na medida em que temos um sindicato forte que faz a fiscalização das condições da saúde, nós temos condições, sim, de ter uma capacidade de informação e de controle público sobre a situação da saúde, e, portanto, garantir e cobrar um serviço mais adequado. Isso não tem ocorrido por parte da Prefeitura, a Prefeitura não tem garantido uma política de

investimento na saúde de Porto Alegre. O Simers tem feito um trabalho de fiscalização, e infelizmente o que nós vimos é que a Prefeitura, através de uma instrução normativa, busca agora impedir essa fiscalização. Essa instrução normativa, evidentemente, foi feita para impedir o processo de fiscalização, eu não tenho a menor dúvida. Nós sabemos que no semestre que passou, a justiça, inclusive, deu um ganho liminar para impedir a terceirização do posto de saúde da Bom Jesus e da Lomba, que teria a gestão entregue para essa associação médica vinculada a uma empresa de São Paulo que tem apontamentos tanto no Tribunal de Contas de Estado de São Paulo quanto uma CPI que mostra uma série de fraudes dessa empresa que ia gerenciar, se não fosse barrado pela Justiça esse processo de licitação, tanto a Lomba quanto a Bom Jesus. E nós sabemos também que há um projeto do governo Marchezan de entregar a gestão do HPS para a iniciativa privada. O Simers, contrário a esse tipo de projeto vem cumprir esse papel de fiscalização, e a instrução normativa da Prefeitura estabelece uma série de restrições, exigindo que haja a identificação de quem vai fiscalizar, exigindo que todas as ações do sindicato sejam informadas previamente. Ocorre o seguinte, não é simplesmente uma ação para ordenar o trabalho nos postos de saúde, é uma ação para impedir a fiscalização. O Simers tem, inclusive, as estatísticas do número de vezes que o Simers pediu para a Prefeitura a autorização e a Prefeitura simplesmente não respondeu às suas demandas. Então é evidente que há uma tentativa de cercear um trabalho. Nós vamos tomar providências, vamos junto ao Ministério Público Estadual, porque não é possível que uma entidade que esteja cumprindo um papel não só de defesa da sua categoria, mas também prestando um serviço público, porque a fiscalização da situação da saúde no Município de Porto Alegre tem utilidade pública, e o governo faça uma normativa que tenha como objetivo dificultar esse trabalho. Eu não vou fazer a leitura dessa instrução normativa, infelizmente, ela já está em vigor. E o Sindicato dos Médicos pode contar conosco para que nós façamos esse movimento democrático que busca, na verdade, impedir que a transparência seja a marca da cidade de Porto Alegre. O Prefeito Marchezan se elegeu dizendo que seria o governo que iria garantir transparência na administração pública, mas o que nós temos visto é um governo que trata de produzir, sim, medidas autoritárias e impedir que haja o controle público sobre os serviços que a Prefeitura presta. Por isso que nós vamos atuar junto com o Simers e junto com os órgãos públicos para que essa instrução normativa seja rejeitada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Quero aproveitar meu tempo na tribuna hoje para fazer uma fala não usual, Ver. Pablo. Estou me algemando aqui – eu queria demonstrar como o Estado Brasileiro trata o empreendedor hoje. (Mostra os braços algemados.) Essa é a forma com que o Estado Brasileiro trata o empreendedor hoje: como um criminoso. O empreendedor brasileiro, hoje, é um

criminoso. Mas ontem nós tivemos uma decisão importante no Brasil, na Câmara Federal, que diz respeito à MP de liberdade econômica em um país em que aquele que gera empregos, rendas, inovações, oferece serviços, produtos, toma risco, é considerado um explorador, é considerado um criminoso, precisa constantemente provar a sua inocência. A MP de liberdade econômica é muito bem-vinda e serve como uma espécie de Lei Áurea do empreendedor. É isso o que ela faz com o empreendedor brasileiro: ela liberta a iniciativa do cidadão que toma riscos, que gera empregos, que gera renda, e permite que não mais o empreendedor seja escravo de um Estado, que precise pedir a benção para trabalhar, a benção para empregar. Foi aprovada com 345 votos favoráveis, 80% do Parlamento, um quórum de Proposta de Emenda Constitucional – PEC. Hoje, o Brasil ocupa a 109ª posição no ranking Doing Business, facilidade de fazer negócios, que pode avançar mais de 50 posições com a MP da liberdade econômica, que agora vai ao Senado. Quando a gente fala sobre o índice de liberdade econômica, em que o Brasil está na 150ª posição, o Brasil pode avançar mais de 100 posições e se colocar ao lado de países-referência, países prósperos, países onde o desemprego não é de 12%, mas, sim, de 2%, 3%. Com a melhora no ambiente de negócios, nós teremos em torno de 3 milhões de empregos criados; em torno de sete pontos percentuais de PIB, de renda *per capita*. São conquistas importantes as trazidas pela MP da liberdade econômica, e a militância do PT está aqui a gritar contra. O PT também foi contra o Plano Real, foi contra a reforma da previdência, é contra tudo aquilo que é bom para o Brasil. A MP retira a exigência de alvará de funcionamento, sanitário e de localização para empreendimentos de baixo risco – como cabeleireiros e diversos outros empreendimentos de baixo risco –, que não precisarão mais pedir além do Estado para poderem trabalhar. De novo, a MP solta as mãos de quem empreende, libertando-o, portanto, da escravidão, da burocracia; facilita que *startups* sejam criadas; dispensa licenças enquanto a empresa estiver testando, desenvolvendo ou implementando novas tecnologias; flexibiliza atividade econômica em horários e dias de trabalho, possibilitando, por exemplo, que bancos possam trabalhar aos sábados e que diversos outros tipos de comércio possam trabalhar aos domingos. Muito importante: trata do tema de abuso regulatório, limita o poder do Estado para que ele não possa intervir na atividade econômica criando, por exemplo, as chamadas reservas de mercado. Nas palavras do nosso ministro Paulo Guedes, o Brasil hoje tem cinco bancos, seis empreiteiras, uma produtora de petróleo, três distribuidoras de gás e 200 milhões de patos, porque nós criamos reservas de mercado. Para mudar esse cenário, a MP da liberdade econômica veio.

A gente saúda e parabeniza o Ministério e, em especial, o secretário Paulo Uebel, que foi um dos pais dessa proposição que agora vai para o Senado com todo o apoio da bancada do NOVO. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o Ver. Camozzato, até nos estranhou aqui, ele começou botando algemas. Eu não estava entendendo o que ele estava fazendo, houve gente que se assustou, não é o meu caso. Sabe o que me chama a atenção, e por isso eu quis também falar, o NOVO, esse nome não combina com vocês! Vocês colocaram esse nome, NOVO, mas não combina com vocês. Prof. Alex, sabe o que me chamou atenção por que ele estava com esse negócio da alameda? Para sair nas redes sociais. Não fica bem, confesso que não fica bem. Mas dizendo que é a linha do Felipe Camozzato, o NOVO tem a linha de defender, eles estão juntos com o Bolsonaro, embora o Felipe Camozzato não seja reacionário como o Presidente da República que nós temos, o NOVO é, hoje, um dos partidos mais fiéis de sustentação do Bolsonaro. Quando a gente escuta o Bolsonaro na televisão, muitas vezes o Bolsonaro tem o mesmo discurso do Camozzato: que é muito difícil ser patrão no Brasil. Coitadinhos dos grandes empresários! Quem é o Bolsonaro? Bolsonaro é isso mesmo, um governo que defende os grandes empresários, nisso ele tem unidade com o Camozzato. Mas o Camozzato devia saber que tem lutas democráticas, e eu me surpreendo porque, para quem está nos assistindo, eu apresentei um projeto simples aqui, muito simples, que faz com que a Prefeitura corte o alvará de empresas que comprovadamente tenham vínculo com o trabalho escravo. Olha o que é o projeto! Um projeto do século XIX, no sentido de uma tarefa do século XIX, combater o trabalho escravo! Pois o Felipe Camozzato votou contra esse projeto! E depois vem algemado aqui! Não tem nem a sensibilidade de um tipo de bandeira como essa! Mas isso é só um símbolo, porque, na verdade, um dos grandes debates que nós temos no Brasil é que de fato, hoje no nosso País, infelizmente, esse projeto da liberdade econômica, que é na verdade, também um projeto para aumentar a liberdade de uma parte, pelo menos, do patronato, aumentar a exploração da força de trabalho, ele vem na mesma lógica daqueles que tentaram vender a reforma trabalhista como solução para a crise. Pois, a reforma trabalhista já foi aprovada no governo Temer e também o NOVO estava favorável, todos os setores que estiveram agora votando com o governo Bolsonaro para liquidar a Previdência das pessoas, anunciavam a reforma trabalhista como medida fundamental para combater o desemprego. Os economistas das grandes empresas diziam que, a partir de 2017, a economia ia se desenvolver, a taxa de desemprego ia reduzir e a reforma trabalhista era fundamental para isso. Pois, hoje, nós temos 14 milhões de desempregados, o PIB segue estagnado, não há perspectiva de desenvolvimento, e o projeto que vocês defendem já está sendo implementado desde não só do *impeachment*/golpe, mas até a própria Dilma quando assumiu no segundo mandato colocou o Levi como ministro para ele começar a fazer o ajuste econômico. Como o PT não teve condições de fazer o ajuste econômico que o grande patronato exigia, ou seja, cortar direitos, impedir direitos trabalhistas, cortar direitos de férias, cortar 13º, ter condições cada vez maiores de reduzir salário real, houve a política para que o Temer assumisse, e o Bolsonaro é parte desse mesmo plano de ajuste neoliberal contra os direitos dos trabalhadores, com o argumento de que os trabalhadores sem nenhum direito vão ter pelo menos o direito de ser explorados, o direito de ter um emprego. Pois, os trabalhadores não só continuam desempregados,

como perdendo cada vez mais direitos. Essa é a lógica que políticos como os do NOVO, que agora estão governando Minas Gerais, defendem, é a lógica do governo Bolsonaro, a lógica do governo Temer. Nós sabemos que essa lógica econômica é a lógica econômica que está liquidando o País porque ela, além de não garantir que haja a criação de novos postos de trabalho, está fazendo com que a nossa população fique ainda mais pobre. E, se a população está cada vez mais pobre, é evidente que o nosso mercado interno vai ficar cada vez mais reduzido. Então, vamos ter uma economia toda ela só dependente da exportação, e vamos ficar um País que vai só exportar celulose, vai exportar soja, vai exportar petróleo bruto e não vai ter desenvolvimento industrial, não vai ter emprego, não vai ter renda. É um projeto que, infelizmente, uma parte dos políticos defendem para o País, mas nós vamos resistir e vamos combater. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 14h51min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 059/19 – (Proc. nº 0233/19 – Ver. Engº Comassetto) – requer seja encaminhada Moção em repúdio “ao corte de 30% do orçamento da educação pelo Governo Bolsonaro”.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação o Requerimento nº 059/19. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezados Presidente, prezados colegas vereadores e vereadoras, prezada comunidade que nos assiste, prezados estudantes aqui presentes; tratar deste tema na atual situação da Nação brasileira é um compromisso e uma responsabilidade de todas as esferas públicas do Brasil, principalmente dos parlamentos, dos nossos colegas vereadores e vereadoras e daqueles que são do processo educacional, professores, professoras e estudantes. No momento em que o Brasil vinha se expandindo na conquista da ampliação do seu sistema educacional, apontar para os cortes na educação é nós estarmos na contramão da história e da humanidade.

Colegas vereadores e vereadoras, desde a fundação da primeira universidade do mundo, a Universidade de Bolonha, até hoje, todos os países do mundo apostaram na evolução de suas nações investindo na educação, investindo na qualificação da sociedade e do conhecimento, buscando a evolução do saber. Nós sofremos períodos de obscurantismo, quando não se reconhecia que o sol era o centro do sistema solar, Galileu Galilei que o diga. A discussão que se teve no passado, alguns querendo afirmar que a terra era plana, infelizmente volta para o debate, e o primeiro ponto é cortar recursos da educação.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Eu coloquei esta lâmina para dizer que, no Rio Grande do Sul, neste momento, Ver. Ferronato, já são R\$ 30 milhões cortados dos cofres públicos; em Porto Alegre, são R\$ 7,3 milhões cortados dos recursos da universidade pública federal, dos institutos técnicos federais. O que significa isso? Significa que esses recursos estão sendo retirados daquilo que é mais fundamental, que é o sistema da educação. E não é só isso: o corte está sendo mais drástico ainda para as creches. Demonstro aqui o quanto foi trazido para as creches aqui do Rio Grande do Sul, foi uma miséria, assim como para os ensinos médio e fundamental. Hoje, o Prefeito Marchezan anuncia que está lá em Brasília, buscando dinheiro para cumprir a lei do Fundeb, ou seja, o que é constitucional, o que é regulamentar, o que deve ser repassado para os municípios e para toda Nação brasileira. Ao mesmo tempo, para aprovar a reforma da previdência, há poucos dias, o governo federal distribuiu R\$ 1 bilhão de recursos, que eram da educação, e distribuiu para emendas parlamentares, para votar uma reforma que traz prejuízos à sociedade. Defender a educação é obrigação de cada um de nós, e quando apresentamos esta moção, nesse formato, é o formato que existe legalmente nesta Casa. Nós podemos pegar todos os itens, podemos analisá-los, e é impossível, colegas vereadores, dizer que estamos satisfeitos em cortar verbas da educação, porque educação é sabedoria, é tirar criança das ruas, é disputar com o tráfico, é dar oportunidade de vida. Podemos afirmar que se quisermos um País evoluído, autônomo e independente, que sejam apresentados investimentos na educação. Cada escola que nós construímos é um presídio a menos que precisa ter no País; cada escola que construirmos, cada jovem que tirarmos das ruas, são menos jovens mortos nas nossas periferias. Então, venho pedir, sim, uma manifestação desta Casa, inclusive, dizendo aos estudantes que foram às ruas ontem em todo o Brasil – mais de 30 mil jovens em Porto Alegre: nem um corte nas verbas para educação. Nós estamos aqui para ajudar a fortalecer a educação; educação é evolução; evolução é o que nós precisamos no nosso País, e o Parlamento de Porto Alegre não faltará. Temos que dizer ao Presidente Bolsonaro: não tire nenhum dinheiro da sabedoria do povo. Muito obrigado, um grande abraço, e essa luta é de todos nós. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 059/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Mendes Ribeiro, Presidente; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Coincidentemente, nós temos dois requerimentos: o primeiro fala no corte do orçamento da educação do governo Bolsonaro, o outro é uma moção de solidariedade ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz. Vamos falar do primeiro. O Ver. Comassetto – e, em outra oportunidade o Ver. Oliboni – não conseguiu dizer a palavra “contingenciamento”, a língua dele trancou, ele não conhece a palavra.

Eu quero que vocês façam uma reflexão: nós temos que votar contra esse requerimento, porque a cidade de Santa Maria – e não vou fazer uma crítica, é apenas uma observação – tem uma universidade com 40 mil professores. Sabem quanto eles gastam? Eles gastam R\$ 1,3 bilhão. E sabem quanto gasta Santa Maria, com 300 mil habitantes? Gasta R\$ 750 milhões. Essa é a diferença, o gasto exorbitante. Isso não é corte. O PT não tem razão de comentar, porque o PT não faz a mea-culpa. Eu sempre vou afirmar: o PT quase quebrou a Prefeitura de Porto Alegre, quase quebrou o nosso Estado, que está nessa penúria. O governo Tarso deu dinheiro pelo Badesul, e para R\$ 800 milhões não teve contrapartida, não teve garantia, Ver. Wambert. Esses governos de esquerda quebram onde passam, é uma tragédia! Ou vocês acham que esses 13 milhões de desempregados que estão aí... Foi o PT que construiu essa casta de desempregados no País! Pobre do empregado, eles são contra o empregador, o empregador dá emprego.

(Manifestações nas galerias. Vaias.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Vocês têm que vaiar, vocês deveriam estar trabalhando nesta hora. Vocês não têm trabalho, o PT não deu trabalho para vocês até hoje. Cabides de emprego! Camarilha de esquerda! Essa é a realidade, tem que enfrentar, vão trabalhar.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eles não querem fazer a mea-culpa. Portanto, eu vou repetir aqui, a cidade de Santa Maria tem 300 mil habitantes; o orçamento da cidade de Santa Maria é R\$ 750 milhões; a universidade de Santa Maria tem 40 mil estudantes e seu orçamento, Ver.^a Cláudia, é R\$ 1,3 bilhão. Cortar 30% como ele dizem, não é corte, é contingenciamento, mas eles não sabem ler contingenciamento, se atrapalham, tranca a língua, essa palavra eles não sabem dizer. Para o Lula era corte, por isso que eles não sabem fazer contingenciamento, era corte mesmo. Então essa é a questão, nós não podemos com essas exorbitâncias. Eu lamento, nem quero fazer críticas, que na pauta da Ordem do Dia de hoje nós tenhamos já de cara dois requerimentos. Esta Casa tem coisas mais sérias para votar, tem projetos para

votar, não esses requerimentos absurdos que estão aqui desta esquerda que não faz a mea-culpa. Peço às bancadas, aos vereadores que repudiamos esse tipo de requerimento que não soma nada, que não acrescenta nada a esta Casa e que, naturalmente, só nos divide e que traz, sem dúvida, esses discursos que não fazem a mea-culpa sobre o passado do PT no Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 059/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores, o Ver. Cassiá Carpes me representa – gostaria de ter feito seu discurso, vereador. Quero só registrar aqui a minha perplexidade: eu nunca vi uma moção tão hipócrita como essa. O PT é uma nuvem de gafanhotos – onde passa destrói. Eu não vi nenhuma moção... Olha aqui os cortes: em 2009, Lula cortou R\$ 1,2 bilhão; em 2010, Lula cortou R\$ 2,3 bilhões da educação; em 2012, Dilma cortou R\$ 1,9 milhões da educação; em 2015, Dilma, Pátria Educadora, cortou R\$ 10,6 bilhões da educação; em 2016, Dilma também cortou R\$ 4,2 bilhões; em 2017, Temer cortou R\$ 4,3 bilhões; em 2018, Temer cortou R\$ 2,8 bilhões. E o governo Bolsonaro contingenciou, não disse que não vai pagar. Não houve corte na educação – isso não é só uma guerra retórica, isso aí são constatações de fato. Contingenciamento não é corte na educação. Agora, que moral tem o PT para falar de corte, ainda que tivesse sido corte? Um partido que destruiu o Brasil, um partido que destruiu a educação no Brasil. Onde é que está o Fies? O PT restringiu o acesso dos pobres à educação neste País e vem falar do governo Bolsonaro! Se a gente somasse isso aqui, olha: um, mais dois, mais três, mais um... R\$ 20 bilhões em corte; bilhões de reais em corte na educação. Isso, sim, é uma vergonha! Não é a primeira vez que a gente vê esse grau de hipocrisia, Ver. Cassiá, aqui nesta Casa. O PT é uma nuvem de gafanhotos – onde passa destrói! Destruiu as finanças do Município de Porto Alegre. Para o senhor ter uma ideia, vereador, nós estávamos falando em R\$ 100 milhões para as obras da BR-116; aliás, foi o Ver. Valter Nagelstein, que não está aqui agora, que fez essa comparação: R\$ 100 milhões – achamos que era muito dinheiro. A folha de pagamento de Porto Alegre é de R\$ 226 milhões, o que retrata a desordem dos governos perdulários e irresponsáveis que nós tivemos na cidade. Foram 16 anos de tragédia! Então, ao invés de propor moção contra o fulano e o beltrano, a bancada do PT deveria ficar de joelhos aqui na frente e pedir perdão a Porto Alegre pela desgraça que foi o seu governo, pela passagem do PT aqui na Prefeitura. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Professor Wambert. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 059/19, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha nossa sessão hoje à tarde; todos os cidadãos e cidadãs que estão aqui neste plenário; primeiro, quero esclarecer ao colega Ver. Cassiá Carpes: ele fica meio que intrigando o cidadão e a cidadã que está do outro lado da telinha e os que estão aqui, dizendo que o vereador não consegue dizer “contingenciamento”, até porque eles só falam nessa palavra, não falam em cortes da educação. Infelizmente, o Ver. Professor Wambert não tem qualquer conhecimento do que fizeram os nossos governos municipal, estadual e federal. Poderia me deter, Ver. Professor Wambert, V. Exa. que talvez não conheça o trabalho que foi feito aqui, em Porto Alegre, no Estado e no Brasil afora.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nós podemos, por exemplo, olhar apenas essa lâmina, onde fala dos 21 campi universitários somente no Rio Grande do Sul, que nos governos Lula e Dilma foram viabilizados. São 173 em todo o País! Aí ele vem dizer que o nosso governo emitiu cortes na educação, contingenciou?! Mas o que é isso? Aliás, quem acaba contingenciando, na forma que quer, é este governo, isto é, é mais do que isso, é um corte absurdo, chegando a R\$ 2 bilhões, Ver. Engº Comassetto – R\$ 2 bilhões! Fernando Henrique Cardoso, quando foi presidente, proibiu abrir novas escolas técnicas. O governo Lula não só abriu, ampliou, como possibilitou o acesso, de fato, ao pobre, àquele que não tinha acesso à universidade e às escolas técnicas. (Palmas.) O governo Bolsonaro é uma grande mentira. Venderam uma grande mentira para a Nação. Não é por acaso que agora grande parte dela está escondida e outros estão arrependidos de falar em Bolsonaro. Essa foi a grande mentira pela qual todos nós já estamos pagando! Não consegue abrir a boca, que só fala asneira! Lamentavelmente, nós temos que aceitar, porque vivemos num País democrático. Mas este é o governo das *fake news*, é o governo da mentira! E virá muita coisa pior por aí. Será que daqui a seis meses eles vão dizer novamente que o governo Bolsonaro pode recuperar a autoestima do cidadão, da cidadã, da pessoa física, da pessoa jurídica? Somente no primeiro período deste ano, só no Rio Grande do Sul, foram mais de 2 mil empresas fechadas! Não é por acaso que esses que apoiaram Bolsonaro agora estão também indignados. Inclusive a base dele, deputados do próprio PSL estão sendo expulsos, porque estavam falando a verdade. Constatou-se que foi uma grande mentira e, agora, nós vimos, de uns tempos para cá, do governo Temer e do governo Bolsonaro, com cortes em todas áreas, na educação e na saúde. Não foi por acaso que aconteceu lá no Congresso Nacional, esse enorme corte atingindo o cidadão e a cidadã de todo o País na área da saúde e da educação. Mas eu fico indignado quando alguém vem aqui e quer reforçar uma mentira, dizer que o nosso governo não investiu e que cortou os recursos

na área da educação. Pelo contrário, essa moção mostra a nossa indignação e o nosso repúdio ao corte na educação. Ontem, 270 cidades, em 26 estados brasileiros, se manifestaram com mais de 30 mil pessoas na rua, como aconteceu em Porto Alegre. E isso não é um aviso para o Governo Federal de que ele está errado? Então, nós vimos aqui, Ver. Comassetto, não só apoiar a moção de repúdio às atitudes do Bolsonaro, mas de todos aqueles parlamentares, sejam vereadores, deputados federais ou estaduais que, infelizmente, ainda não caiu a ficha, não abriram os olhos, ainda não perceberam que a sociedade está indignada e passa estar na rua chamando a atenção e pedindo socorro para todo o Brasil, para que este Estado, este País perceba o grande engodo, a grande mentira eleita que é o Bolsonaro Presidente da República. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 059/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Vereadores, vereadoras, eu subo à tribuna em nome do PDT para dizer que, evidentemente, nós vamos votar favoráveis a esta Moção de Repúdio em relação aos cortes na educação brasileira. Eu tenho vindo à tribuna já algumas vezes, vereador, e ao longo da minha história tenho persistido... Aliás, a bandeira principal do partido é a educação, e para mim educação é universal, não se trata aqui de direita, esquerda, trata-se, sim, de um projeto que o nosso País ainda não entregou como deveria, e estamos longe de entregar uma educação pública de qualidade que possa garantir as oportunidades, garantir caminhos para que a nossa juventude, as nossas crianças tenham aquilo que há de melhor em educação como nós podemos aqui registrar em vários países. Cito aqui a Coreia do Sul, como um belo exemplo de educação, que não só melhora seus indicadores na educação, através de um projeto de educação pública, mas melhora uma série de outros indicadores. E tenho usado esta tribuna para fazer crítica a alguns, não a todos, evidentemente, liberais de plantão de que não há nada mais importante para melhorar a produtividade de um país do que oferecer educação de qualidade à nossa população, à nossa juventude. Eu quero registrar que hoje o economista Paulo Gala busca o indicador do Banco Mundial, que é acessível a todos que entram no *site* do Banco Mundial, e traz uma referência comparativa do Brasil e da Argentina. Muito importante que se faça esse debate em relação à renda *per capita* do cidadão argentino, que despenca depois do governo Macri diante de uma série de reformas, e não será diferente no Brasil. No momento em que passamos por uma reforma da Previdência onde retiramos recursos daqueles que mais precisam, no momento em que o Congresso aprovou a lei do teto que limita o gasto público, no momento em que nós retiramos dinheiro da educação e que nós não encontramos, em nenhum momento, a retomada do investimento, através de diminuição do compulsório, do que o Banco Central retira e que nós não vemos a retomada do investimento do setor privado com a diminuição dos juros, nós rapidamente enxergaremos, com essa reforma trabalhista também aprovada pelo governo Temer, o

mesmo caminho. O que é? É o trabalhador diminuindo a sua renda *per capita*, quer dizer, estamos fazendo uma reforma em que tiramos daqueles que mais precisam, do povo trabalhador, que conquistou, ao longo da última década, um avanço significativo na renda. Aliás, essa também foi uma perda substancial, quando foi desindexado o salário mínimo em relação ao PIB. E nós veremos agora, num futuro próximo, essa diminuição da renda do trabalhador brasileiro. Então eu quero reafirmar aqui o nosso compromisso com a educação e nós não iremos em nenhum momento... Aliás, nós estávamos ontem juntos, os partidos, que assinaram esse compromisso em favor da educação, iremos fazer e estaremos num combate à luta e ao contraponto a esse governo que tira recursos de onde não deveria. Já o limitador dos gastos aprovados pelo governo Temer é uma tragédia para o campo social, para o desenvolvimento social deste país. No momento em que tu tiras recursos de uma das áreas mais sensíveis, é a certeza de que nós não teremos a retomada do crescimento, a retomada do emprego e aquilo que nós mais lutamos ao longo da nossa história, que são os investimentos significativos em educação. Já eram poucos, contingenciados são muito piores. O que nós queremos são recursos para a educação. Posso vir aqui nesta tribuna fazer um debate, com o maior prazer, por qual modelo que outros vereadores de outras correntes pensam que seja melhor para o País. Não há problema, vamos discutir modelo, vamos discutir qualidade. Agora, corte de recursos será uma grande luta que nós sempre estaremos juntos para que possamos garantir os recursos necessários para a educação do nosso povo brasileiro. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Mauro Zacher. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 059/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Senhoras e senhores, estamos discutindo uma moção. Moções são instrumentos que as casas legislativas têm de demonstrar determinados pontos de vista coletivos a respeito de determinado assunto. Esta, em questão, proposta pelo Ver. Engº Comassetto é contra, justamente, o corte de verbas para a área da educação. É bom lembrar que, além do corte de 30% previsto, nós já estamos em um severo aperto pelos próximos anos, com o contingenciamento de verbas para todas as áreas e aplicação de recursos públicos para setores que são fundamentais, como saúde e educação; tudo isso já está contingenciado, agora, 30% de corte.

E esta é a questão central: existem pessoas que, neste momento, continuam apoiando integralmente a linha de raciocínio – se é que há algum raciocínio – no Planalto, em Brasília. Se há algum raciocínio, porque a diretriz governativa de um grupo político que se propõe a, digamos assim, prestar um serviço à população, deve estar explícita através das suas atitudes. O governo do Sr. Jair Bolsonaro – eu não ousou falar o termo Messias, porque isso é uma blasfêmia gigantesca, e eu sou católico, não

poderia fazê-lo – ataca a educação desde o primeiro dia, massacra a educação, massacra o trabalhador. Um governo que está preocupado realmente com o seu povo poderia escolher outras diretrizes, outras prioridades. Por exemplo, fala-se em reforma tributária e, se há necessidade de reforma tributária, por que começar com reforma de previdência atacando o trabalhador? Começa a discutir tributo, começa a taxar grandes fortunas, começa a taxar lucros e dividendos – o Brasil e a Estônia são os únicos países do mundo que não fazem essa taxaço. Por que o capital especulativo... E aí vamos falar em quem não trabalha para aqueles que gostam de atacar servidor público. “Servidor público não trabalha” – essa linha discursiva chega a dar nojo! Vamos ver quem não trabalha: cidadão recebeu do papai alguns milhões, que ele depositou numa conta, e o cidadão pega, compra ação aqui, vende ação ali, adquire títulos, e esse movimento de dinheiro traz lucros a ele, e ele não tem tributação, ele não paga imposto sobre isso! Nunca levantou a sua grandiosa bundinha de uma cadeira, nunca levantou uma enxada, nunca pegou uma caneta, nunca foi ofendido por ninguém dentro de uma sala de aula, já que eu sou professor. Esse é o vagabundo! Esse é o que não trabalha! É aquele que joga dinheiro de um lado para outro e ganha, com isso, milhões de reais! É isso que deveria ser uma diretriz de um governo sério e preocupado com a sua população, que taxa o vagabundo brasileiro. O vagabundo brasileiro é aquele que não trabalha, é aquele que não sua, é aquele que não contribui porque não paga imposto sobre os seus lucros – esse é o vagabundo! O vagabundo é o sócio, é o grande sócio dos bancos privados! Esse é o grande vagabundo, porque não há tributação sobre seus lucros, porque sonega. E o pior, é quando há sonegação por parte daqueles ditos empreendedores, como o senhor dono da Havan, a Receita parcela a sua dívida em 150 anos! Digam-me: quem vive 150 anos para pagar uma dívida? Ninguém! Quem é o vagabundo neste Brasil? Quem é o vagabundo neste Brasil? É o trabalhador? Que agora vai ter que trabalhar até morrer – e é morrer mesmo!

Portanto, subimos aqui para manifestar claramente a posição do nosso partido, o PSOL: não ao ataque à educação! Não a contingenciamento, corte – como queiram chamar! Não! A educação precisa de recursos porque somente dessa forma poderemos mudar este País para melhor, porque para pior ele está caminhando a passos largos! Uma boa tarde. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. A Ver.^a Fernanda Machado está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 059/19.

VEREADORA FERNANDA MACHADO (PSDB): Sem dúvida, a educação é a base para qualquer país. Sem dúvida nenhuma! Mas a gente não pode usar a educação como programa eleitoral. Não podemos usar a educação para votos, como aconteceu em 2014, quando o governo Dilma abriu vagas de Fies que beneficiaram muitos e muitos estudantes, mas, em 2015, cortou essas vagas, prejudicando os

estudantes e aumentando as taxas do Fies. Vamos falar de Pronatec? Vamos falar a verdade aqui? Pronatec? Que empresa, hoje, contrata pessoas pelo Pronatec? Que tipo de programa é esse? Eu vou fazer uma entrevista de emprego, e perguntam-me qual é a minha escolaridade, eu vou dizer que tenho técnico em administração. Ninguém quer. Hoje, as faculdades públicas estão oferecendo tecnólogo em administração, que é um curso que dura dois anos, que é um curso de nível superior. Então, pelo Pronatec, não me adianta curso de nível médio, as empresas não querem curso de nível médio, as empresas querem qualificação, e qualificação são cursos superiores. Então, vamos parar de picuinha e dizer que o governo Dilma foi uma maravilha, porque a gente sabe que não foi, porque ela quebrou a educação nesse País. Os dados do Município de Porto Alegre mostram que era o pior ensino o de Porto Alegre, antes da gestão Marchezan assumir. Todos sabem aqui dentro. O Fies foi uma piada eleitoreira, assim como o Pronatec.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA FERNANDA MACHADO (PSDB): Foi uma piada eleitoreira, sim, vereador. Não é mágoa, eu estive lá para conseguir o Fies para muito dos meus familiares e não consegui em 2015, porque as taxas estavam altas, porque era um programa eleitoreiro apenas. E sabe por quê, há, hoje, cortes de gastos na educação? Por causa disso, porque quebraram o País lá atrás. Agora, precisa cortar na carne, infelizmente. Essa é a verdade, vamos começar a falar a verdade dentro desse parlamento. Agora, respondendo ao Ver. Comassetto, eu estive na Restinga, no dia da inauguração, na Praça CEU Restinga, pessoalmente, para fazer a ata de posse do Conselho Gestor, e há cinco reuniões o Conselho Gestor tentava se reunir para decidir a inauguração, e não paravam de brigar por questões político-partidárias, porque cada um tinha um partido lá dentro. Essa é a verdade nua e crua! E aí vem chorar, porque não teve chance de falar, quando teve a oportunidade de construir? Essa é a verdade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver.^a Fernanda Machado. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 059/19.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas. Falo aqui em nome do Partido dos Trabalhadores, e me orgulha ver essa faixa que mostra pelo menos cinco partidos juntos: PDT, PSOL, PSB e PC do B, pois o tema da educação talvez seja um tema que deva unificar todos e todas. Eu acho que a moção apresentada pelo Ver. Comassetto, talvez tenha sido muita ingenuidade, mas não precisaria ter todo esse debate. E não importa aqui a discussão semântica, se é corte ou contingenciamento, acho que os vereadores que levantaram esse tema aqui, esqueceram

de falar da palavra investimento. Eles não conseguem falar em investimento, eles não conseguem dizer que um governo deve investir, inclusive para dinamizar a economia. Já está mostrado isso mundo afora, Portugal recentemente, e o recado que a Argentina dá nas urnas já mostra isso. Esses governos recessivos, fiscalistas, prejudicam a economia. Gostam tanto da palavra dinamização da economia: sempre que os governos investiram, eles dinamizaram a economia e fizeram o círculo virtuoso. Eu não estou aqui louvando nenhum... Essa palavra crescimento meramente econômico não é... Eu prefiro falar e decrescimento, a gente ter o tamanho ideal para uma vida boa, uma qualidade de vida boa, e não achar que só crescer economicamente garante a felicidade. Tanto que já se fala em felicidade interna bruta, se mede FIB e não PIB, ou seja, não adianta também ter dinheiro e ter um País extremamente injusto. Mas o Ver. Cassiá não tem passado lá por São Borja, sua terra natal, é lá que se estabeleceu, na região, vários institutos federais, a Unipampa, e isso é inegável. A Ver.^a Fernanda fez aqui um questionamento ao Pronatec. Bem, os institutos federais foram para suprir, não estamos dizendo que o Pronatec seria a panaceia para toda a falta, agora essa linha que defende esse empreendedorismo... Hoje pela manhã li uma reportagem que traça um perfil das pessoas que estão trabalhando com entregas de bicicleta, o que nós, perfeitamente podemos chamar de trabalho escravo. Incutiram, Ver. Oliboni, na cabeça das pessoas, que elas são empreendedoras. Esse pessoal que está no aplicativo está trabalhando 12 horas por dia para conseguir ganhar R\$ 2 mil, só que na cabeça dele está que ele é um empreendedor. Inclusive, a propaganda do governo federal do tal Future-se, escancara ali: investimento externo. Ninguém é contra investimento externo, agora, um investimento nesse governo, um governo entreguista que quer entregar a educação brasileira e por isso questiona as disciplinas humanísticas, que fazem do sujeito um ser crítico, e não simplesmente um mero robô para servir ao capitalismo, pois, cada vez mais, crescendo o desemprego, o sujeito fica refém do seu empregador. Então vejam, temas como esse – essa palavra é tão bonita –, e a gente tem usado essa palavra: empreender. Nós também dependemos de um Estado que não burocratize indevidamente; um Estado que fomenta, que não abata, que não anule as liberdades individuais. Então também temos um conceito liberal na nossa forma de atuar. Então, é como um certo lamento, que um tema como esse, como a educação, independente do nome que eu escolhesse: contingenciamento ou congelamento. Quero lembrar aqui também que esse mesmo governo, essa mesma gestão, esse mesmo modo de governar que fez a Emenda Constitucional nº 95. Será que contingenciou recursos por 20 anos? Ou congelou por 20 anos, fazendo ainda mais que o País entre nessa agenda recessiva? Por fim, uma fala sobre Porto Alegre.

Eu não sei como vereadores podem subir aqui, depois de 16 anos, Farina, vão fechar 16 anos, assim como tivemos 16 anos de governo da Frente Popular, fecham agora 16 anos que a Prefeitura não está nas mãos de partidos progressistas. Portanto, acho que não tem mais como nos acusar da crise de uma cidade descuidada, de um prefeito que ataca a cidade. É o mesmo grupo que toca essa prefeitura há 16 anos, agora 15 anos, mas fará 16 anos no ano que vem. Está na hora de um novo ciclo, um ciclo que

pense em educação de verdade, que pense numa cidade para todos e não só para alguns. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento nº 059/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 13 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS) (Requerimento): Sr. Presidente, subscrevo o requerimento do Ver. Valter Nagelstein de renovação de votação.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Peço que formalizem, junto à Diretoria Legislativa, por escrito, o pedido de renovação de votação.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, eu vou esclarecer, a público, por um dever de honestidade e de transparência: o pedido de renovação de votação vem com efeito suspensivo, portanto, enquanto não for renovada, o resultado da votação não é válido. Muito obrigado.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Feito o registro, Ver. Valter.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Quero corrigir: a votação é absolutamente válida, diferentemente do que disse o Ver. Valter. A votação foi válida, e foi vitoriosa a moção a favor da educação. Foi isso o que aconteceu na Câmara hoje. O Ver. Valter pode seguir lutando contra essa moção, mas, por enquanto, nós estamos ganhando.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Feito o registro.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, duas questões bem simples aqui: nós entendemos que a votação é válida e obedeceremos ao Regimento da Casa e à condução da presidência. Muito obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente Mendes, neste momento eu registro aqui que, com a declaração do Ver. Valter Nagelstein, ex-presidente desta Casa, está derrubada a tese do líder do governo Mauro Pinheiro.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, em primeiro lugar, de novo, eu compreendo o que Ver.^a Mônica, que, com todo respeito, é jornalista, não é advogada, mais uma vez, reitera: a tese não tem a ver com isso, a tese tem a ver com maioria qualificada, e a maioria qualificada de 36 é 19. Não tem a ver com a questão da renovação de votação, com a diferença superior a um ou três votos, são coisas completamente diferentes. Aliás, eu compreendo, neste momento, a raiz de todo o mal que se abate sobre esta Casa, porque não compreender o problema e reafirmar, neste momento, no microfone, que as duas coisas são a mesma coisa, é a reafirmação de que, de fato, não entende e não sabe o que está se passando até agora. Muito obrigado.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, a tese é a suspensão da tramitação, foi o que eu vim aqui dizer, e não o quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Feito o registro.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu acho que o ex-presidente da Câmara, o Ver. Valter Nagelstein, está fazendo uma certa confusão, porque ele veio aqui e, primeiro, pediu a renovação – é um direito pedir a renovação. Depois de pedir a renovação, insiste em fazer

ataques gratuitos à Presidente Mônica, dizendo que “a Presidente Mônica é Jornalista”; não, a Presidente Mônica é uma vereadora, como vereadora tem o direito de usar a palavra. Então, ela está aqui como vereadora, não como jornalista. Eu quero que a presidência deixe bem claro que a Moção foi aprovada. É isso que aconteceu. Agora tem os direitos regimentais a renovar a votação. Tudo bem. Mas que a presidência deixe isso claro, para que não fique confuso, porque eu achei muito confusa essa fala do Ver. Valter, dizendo que a votação não era válida.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Presidente, eu só quero que o senhor esclareça, por favor, se tem...

(Tumulto nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): ...Os senhores podem não deixar eu falar na Venezuela, mas aqui eu tenho direito. Aqui eu tenho o direito; na Venezuela as milícias exterminam quem é contra. Aqui é diferente. Aqui é Parlamento, e eu tenho o direito.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Questão de Ordem): Sr. Presidente, vou lhe fazer uma pergunta direta e objetiva: o recurso de renovação tem efeito suspensivo?

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Resposta: a votação foi válida; a interposição do requerimento de renovação de votação suspende a tramitação do processo, até que seja votado.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): É isso. Até que seja votada, novamente, quando elidida a questão, se produzirão os efeitos para o mundo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Apregoo a solicitação de retificação do Requerimento nº 096/19, da Moção de Solidariedade, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que passa a ser: “Requer seja encaminhada Moção de Solidariedade ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, e aos familiares de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira”.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein e do Ver. Professor Wambert, solicitando renovação de votação do Requerimento nº 059/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 15h45min: Encerrada a Ordem do Dia. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0172/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 085/19, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que institui a Política Municipal de Atenção, Diagnóstico e Tratamento às Pessoas com Doenças Raras no Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0287/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 134/19, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que altera o inc. XXXII do *caput* do art. 51 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município e dá outras providências –, e alterações posteriores, proibindo a colocação ou a fixação de veículos de divulgação que estimulem a

misoginia, o estupro e a violência sexual, física, moral ou social contra a mulher.

PROC. Nº 0297/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/19, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Praça Fabiano Dutra o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça Dois Mil, Cento e Trinta e Quatro, localizado no Bairro Farrapos.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0341/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/19, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – Universal.

PROC. Nº 0105/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/19, de autoria do Ver. Comissário Rafão Oliveira, que estabelece que o Conselho Tutelar de Porto Alegre passará a utilizar o Sinesp CAD – Central de Atendimento e Despacho para o atendimento dos chamados da população em casos envolvendo menores e adolescentes protegidos pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

PROC. Nº 0150/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/19, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Dia da Conscientização sobre a Dermatite Atópica no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 23 de setembro.

PROC. Nº 0266/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/19, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que denomina Rua Tapir Rocha o logradouro não cadastrado conhecido como Rua K – Vila Esmeralda –, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

PROC. Nº 0281/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 130/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Odete Baum Machado o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Três – Loteamento Liberdade Mário Quintana –, localizado no Bairro Farrapos.

PROC. Nº 0151/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/19, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado do Rio Grande do Sul – Sindcaers.

PROC. Nº 0152/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 075/19, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa Banco de Ração e de Utensílios para Animais no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 0196/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/19, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o Diploma Honra ao Mérito à AFAD Associação dos Familiares e Amigos do Down.

PROC. Nº 0809/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 073/18, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui o evento Maio Laranja – Mês de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de maio.

PROC. Nº 1386/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 177/18, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que dispõe sobre a instalação de comedouros e bebedouros para animais em situação de abandono nos bairros de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 0095/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 050/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que altera a ementa e inclui arts. 2º-A, 2º-B e 2º-C na Lei nº 12.411, de 16 de maio de 2018, instituindo, no âmbito das diretrizes a serem observadas pela Administração Municipal, Direta e Indireta, nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos ou na obtenção de benefícios.

PROC. Nº 0129/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 063/19, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, que altera o inc. II do art. 3º da Lei nº 9.229, de 9 de outubro de 2003, alterada pela Lei nº 11.110, de 11 de agosto de 2011, e altera o parágrafo único do art. 16 e o *caput* do art. 17 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, e alterações posteriores, modificando critérios para as tarifas do transporte seletivo por lotação no sistema de transporte público da cidade de Porto Alegre.

PROC. Nº 0176/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 089/19, de autoria do Ver. Paulo Brum, que reconhece a pessoa com doença rara como pessoa com deficiência e dá outras providências.

PROC. Nº 0237/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 112/19, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Semana Municipal da Vasectomia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no período compreendido entre os dias 10 e 17 de novembro.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h46min.)

* * * * *